



CARTA DE FORTALEZA

O Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), organizado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizou seu 55º Encontro Nacional, de 10 a 13 de junho de 2025, no Campus da UECE em Fortaleza-CE, com o tema “**Governança, Inovação e Transformação Social na Extensão**”.

A programação reafirmou o compromisso da extensão universitária com o desenvolvimento social, a democratização do conhecimento e a participação cidadã nas instituições públicas de educação superior (IPES). Destacaram-se mesas-redondas, espaços de diálogo e apresentações culturais que evidenciaram a diversidade, inclusão e responsabilidade social da atuação extensionista em todo o país.

Foram debatidos temas estratégicos como: inserção curricular da extensão, avaliação e indicadores, comunicação integrada e o papel da extensão na pós-graduação, fortalecendo o vínculo entre as IPES e a sociedade civil organizada.

O evento contou com a participação de 147 representantes da extensão, de 89 IPES municipais, estaduais e federais, promovendo intercâmbio de experiências, parcerias e estratégias para consolidar a extensão como eixo estruturante da formação acadêmica e da transformação social.

Contando com as presenças de Reitoras e Reitores de diversas universidades do País, gestores e gestoras de extensão das diversas IPES, da presidência do Forproex, bem como da Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), a abertura do evento foi marcada pela defesa da extensão com destaque para a "Governança, inovação e transformação social por meio da extensão". Estiveram presentes representantes do Ministério da Educação (MEC), do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), do Ministério da Defesa, na Diretoria que coordena o Projeto Rondon, bem como o Secretário Nacional Adjunto de Participação Social (SNPS). O evento contou também com Deputado representante do poder legislativo do Ceará e representante dos Movimentos Sociais, reforçando o papel das IPES na formulação e execução de políticas públicas.

A programação do Fórum iniciou com um pré-encontro, realizado como módulo VII da Acolhida Formativa aos(as) gestores(as) da extensão, com o tema “avaliação e indicadores da extensão”.

Na abertura, a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC), a partir de análise do PNE, apresentou a intersectorialidade com base numa visão sistêmica de planejamento para o enfrentamento das questões da desigualdade social e da necessária abordagem das políticas públicas em níveis de complexidade com múltiplos fatores determinantes, afirmando que as políticas públicas precisam da ação governamental entre diferentes campos e atores da arena política, destacando a extensão como estratégica na concepção e na implantação das políticas em rede. Destacou-se, ali, que a Secretaria, ao apoiar ações intersectoriais, formatará projetos de extensão para ações intersectoriais com a educação em áreas estratégicas do desenvolvimento econômico e social nos territórios de influência e abrangência extensionista das IPES.

Entre os espaços de diálogo (ED), destacaram-se:

ED1 – Inserção Curricular da Extensão

Destacou-se a necessidade de reunir material dos EDs para elaboração de documento orientador do Forproex sobre a Inserção Curricular da Extensão que trate dos principais problemas e desafios identificados. A partir do resultado do Raio X 2025 (dados 2024), é preciso identificar as IPES que ainda não avançaram na inserção curricular da extensão para uma atuação do Forproex, no sentido de colaborar no avanço. Reforçou-se a importância da manutenção da articulação com o congresso, com a comissão que atua em defesa das IPES, no sentido de dotar recursos de plano orçamentário (fomento à integração da extensão aos currículos) criado para inserção curricular da extensão, bem como com os governos em todas as suas esferas para dotação orçamentária específica para inserção curricular de todas as IES públicas. É necessário pensar em estratégias de compartilhamento entre as equipes das Pró-Reitorias em relação aos fluxos dos processos acadêmicos de extensão e dos sistemas de informação; bem como na definição de mecanismos indutores do envolvimento docente nas ações de extensão: inclusão nas resoluções de carreira docente da obrigatoriedade de não zerar em nenhum grupo das atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), exigência de apresentação de plano de trabalho em ensino, pesquisa e extensão, nos concursos e demais processos seletivos para ingresso como docente. A inserção curricular da extensão deve ser planejada e desenvolvida de forma ampla, incluindo espaços não escolares e respeitando a diversidade dos territórios, para além dos muros das IPES. A extensão precisa ser transformadora, dialógica, científica e socialmente comprometida. A formação docente exige uma abordagem crítica, integral, territorialmente enraizada e socialmente referenciada, com mudanças curriculares pactuadas, graduais e participativas. Recomenda-se que pelo menos 5% do orçamento de custeio das IES públicas sejam destinados à extensão, garantido na Constituição Federal, na LDB, no PNE e no Decreto do SNE, conforme propositura da emenda ao Projeto de Lei, encaminhada pelo FORPROEX, à Presidência da Comissão de Educação e Cultura do Senado, do novo Plano Nacional de Educação (Ofício 47/Proposta de Meta para o Plano Nacional de Educação (PNE) 2024–2034 - Eixo: Ensino Superior / Extensão/ Financiamento).

ED2 – Extensão na Pós-Graduação

Registrou-se o apoio à carta do Colégio de Pró-Reitores de Extensão das IFES (COEX/ANDIFES), sobretudo no que diz respeito às recomendações para os próximos editais do PROEXT- PG e o fortalecimento da política de financiamento à extensão nos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, a ser encaminhada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Reiterou-se a urgência da elaboração de critérios avaliativos específicos, a partir dos impactos sociais e territoriais, assim como da articulação com Políticas Públicas. Ao lado disso, o desenvolvimento de metodologias para a Avaliação da Extensão. Destacou-se a exigência da Formação Continuada de Docentes e Discentes, para ações de Extensão, como elemento estruturante dos Programas de Pós-Graduação. Categoricamente, ressaltou-se a valorização da composição de Redes interdisciplinares entre os Programas, sempre vinculadas a questões sociais prementes. Pontuou-se que a institucionalidade da Extensão na Pós exige a integração do FORPROEX no Conselho Técnico-Científico de Educação Superior (CTC-ES). O PROEXT-PG apresenta avanços inequívocos, entretanto, para o seu aprimoramento, alguns pontos são destacáveis e importantes ao debate e reivindicações: a) as Pró-Reitorias de Extensão devem ocupar um lugar estratégico na formulação e na efetivação da Proposta; b) necessidade de clareza conceitual e metodológica sobre o sentido da Extensão na Pós-Graduação; c) tornar o PROEXT-PG um Programa da CAPES, a partir de Editais regulares e permanentes e, muito importante, previsibilidade de recursos, conforme estratégia apresentada na Portaria interministerial MEC/SGPR nº 192; d) garantia de bolsas de Extensão para discentes de Graduação e Pós-Graduação, nos Editais do PROEXT-PG.

ED3 – Extensão e participação Social

Registrou-se a necessidade efetiva de um instrumento que colabore com a gestão pública junto aos territórios, pacto federativo e o povo brasileiro, que possa ter efetiva participação social, destacando que as IPES enfrentam vários desafios no que diz respeito ao fortalecimento da democracia no país. Uma participação social que aconteça “com” pessoas, não “para” pessoas,

tendo a extensão como eixo de governança. Focalizou-se a Portaria interministerial para a relação de extensão e participação social. Discutiu-se o papel da extensão para novas políticas públicas, de modo a contribuir com o desenvolvimento do país, a exemplo do SUS (remontando os anos 1980). Defendeu-se a expansão do sistema de educação superior no país, a política de cotas, mudanças na composição da comunidade, com avanço da negritude, povos indígenas e quilombolas; assim como a reconstrução das políticas públicas em forma de participação social que foram descontinuadas em governo anterior. As IPES vivenciam uma crise após implantação de projetos de desintegração das instituições; é preciso fortalecer a política de participação social em cidades e territórios que têm por base a educação popular, a exemplo da portaria interministerial 192, que estabelece a relação da extensão em participação social, com definição de estratégias que possam fortalecer a participação social nos territórios. Isto proporcionará a instalação de instâncias e mecanismos de participação social no Brasil. É preciso defender a democracia desde a base. O fortalecimento da comunidade acadêmica e a luta por mais políticas de extensão nas universidades, institutos federais e demais instituições, não pode prescindir do fortalecimento da extensão.

ED4 – Comunicação e extensão

Discutiu-se a comunicação como estruturante da extensão, destacando sua importância estratégica para a visibilidade, articulação institucional e impacto social das ações extensionistas. Identificou-se como principais desafios: a) ausência de estrutura formal de comunicação em muitos setores da extensão acadêmica, sinalizando que a comunicação ainda não é compreendida como uma dimensão estruturante; b) o fortalecimento do posicionamento do Fórum sobre a centralidade da comunicação; c) a inexistência de diagnóstico atualizado sobre as práticas de comunicação nas ações de extensão; d) a disputa conceitual interna sobre o papel e significado da extensão, o que dificulta a formulação de políticas unificadas; e) a baixa produção de literatura e repositórios sobre comunicação e extensão, o que limita a sistematização do campo; f) a falta de um plano de mídia institucionalizado, dificultando a difusão de ações e resultados extensionistas e a desarticulação entre comunicação e educação popular, com necessidade de formação e multiplicação de saberes; g) a interrupção de experiências exitosas como o programa “Alô Comunidade”, que poderiam ser retomadas sob nova gestão.

No tocante às boas práticas e soluções propostas, destacou-se a importância da Inserção de Planos de Mídia e Comunicação nos editais de fomento à extensão, fortalecendo a cultura da difusão e da visibilidade pública; a criação de campanhas nacionais de posicionamento da Extensão e do FORPROEX, com foco em apresentar à sociedade os números, valores e importância da extensão; a sistematização de uma campanha contínua multimídia (audiovisual, podcasts, redes sociais) sobre o papel da extensão nas IPES; a formação de multiplicadores com foco em comunicação popular e educação crítica, ampliando o alcance das ações para além dos meios tradicionais; a retomada autônoma de programas como Alô Comunidade, com novos formatos de produção colaborativa e digital; a promoção de encontros e eventos de participação social, com o protagonismo das comunidades envolvidas e o mapeamento nacional das práticas e estruturas de comunicação na extensão, através de formulário digital vinculado ao “Raio X da Extensão”. Propôs-se: estimular a produção de literatura especializada, com publicação de livros, artigos, revistas e repositórios abertos; atualizar o diagnóstico das ações de extensão com recorte comunicacional, promovendo um mapeamento participativo, além de inserir a “Comunicação” no Raio X da Extensão; articular estratégias de Popularização da Ciência na Extensão e criar uma agenda nacional de campanhas públicas, reforçando a presença da extensão nos meios de comunicação e na sociedade.

No debate com o Secretário Nacional e o Secretário Adjunto de Participação Social, representante do legislativo cearense e dos movimentos sociais locais, sobre a Extensão como Eixo de Governança, Democracia e Participação Social, reforçou-se o papel da extensão na articulação entre IPES, territórios e políticas públicas.

A operação Rondon também foi apresentada pelo Ministério da Defesa como exemplo de iniciativa para fortalecimento da cidadania e enfrentamento das desigualdades regionais e locais.

ENCAMINHAMENTOS

1. Elaborar documento orientador nacional sobre a inserção curricular da extensão, com base nos EDs e no Raio X da Extensão 2025.
2. Apoiar tecnicamente as IES que ainda não implementaram a inserção curricular.
3. Defender a destinação de, no mínimo, 5% do orçamento das IES públicas para ações de extensão.
4. Incluir a extensão nos concursos públicos e nas resoluções de carreira docente.
5. Encaminhar à CAPES a carta do COEX aprovada no 55º FORPROEX.
6. Fortalecer a solicitação de inclusão do FORPROEX no CTC-ES (Ofício FORPROEX nº 47/2025).
7. Promover redes interdisciplinares nos programas de pós-graduação, articuladas às demandas sociais e territoriais.
8. Implementar mecanismos de participação social nos territórios, com base na educação popular.
9. Reforçar a articulação com o MEC, a SNPS e demais instâncias para formulação de políticas públicas intersetoriais.
10. Criar campanhas nacionais de valorização da extensão, com presença nas mídias e redes sociais.
11. Incluir planos de comunicação nos editais e retomar programas comunitários de mídia.
12. Atualizar o Raio X da Extensão com recorte comunicacional e mapear práticas de comunicação nas IES.
13. Ampliar a articulação do FORPROEX com ABRUEM, ANDIFES, CONIF e outras redes.
14. Defender a autonomia das IPES e consolidar a extensão como política pública estratégica e estruturante.

Fortaleza-CE, 13 de junho de 2025.

Fórum de Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX